

DÉBORAH REGINA LAMBACH FERREIRA DA COSTA

*Dano à imagem
da pessoa jurídica
de direito público*

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Flávia Guterres Falcão de Oliveira

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Renato Medeiros

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Marília Cordeiro

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Assahi Gráfica

Acabamento Assahi Gráfica

ISBN 978-85-02-20809-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, Déborah Regina Lambach Ferreira da
Dano à imagem da pessoa jurídica de direito público /
Déborah Regina Lambach Ferreira da Costa. — São Paulo :
Saraiva, 2015.

1. Dano à imagem 2. Dano moral 3. Dano moral —
Pessoa jurídica — Brasil 4. Dano moral — Reparação 5.
Responsabilidade civil — Brasil I. Título.

13-04254

CDU-347.426.4/.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Danos à imagem : Direito civil 347.426.4/.6
2. Danos morais : Direito civil 347.426.4/.6

Data de fechamento da edição: 5-12-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio
ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecida na Lei n. 9.610/98 e
punida pelo artigo 184 do Código Penal.

135.797.001.001

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
CAPÍTULO I	
DIREITOS DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA ...	13
1.1. Abordagem histórica acerca do surgimento do conceito de pessoa jurídica.....	13
1.2. Pessoa jurídica de direito público e pessoa jurídica de direi- to privado: concepção, requisitos formais e materiais e extinção.....	33
1.3. Os direitos da personalidade e os direitos fundamentais relativos à pessoa jurídica de direito público e de direito privado e o direito à imagem.....	35
CAPÍTULO II	
RESPONSABILIDADE CIVIL: NOÇÕES GERAIS	50
2.1. A responsabilidade civil em geral.....	50
2.2. Da ação e omissão; do dano e do nexo de causalidade.....	56
2.3. Da indenização e a questão do critério da quantificação e da prova do dano	59
CAPÍTULO III	
CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DO DANO	64
3.1. O dano como elemento da responsabilidade civil.....	64
3.2. O dano patrimonial: definição, elementos e conteúdo	68
3.3. O dano não patrimonial: conceituação, conteúdo e extensão	69
CAPÍTULO IV	
DANO NÃO PATRIMONIAL E AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO.....	93

4.1. O dano não patrimonial e a pessoa jurídica	93
4.2. As vertentes compreendidas na noção de dano não patrimonial	103
4.2.1. O dano à imagem.....	109
4.2.2. O dano coletivo	116
4.2.3. O dano institucional.....	122
4.2.4. O dano social.....	125

CAPÍTULO V

DANO À IMAGEM DA PESSOA JURÍDICA E A SUA TUTELA 130

5.1. A imagem da pessoa jurídica.....	130
5.2. A natureza jurídica do dano à imagem	145
5.3. A tutela jurídica do dano à imagem.....	153
5.3.1. A proteção constitucional.....	159
5.3.2. A extensão da técnica do art. 52 do CC	163
5.3.3. A Súmula 227 do STJ e seu alcance.....	176
5.4. A tutela jurisdicional	178
5.4.1. A ação civil pública; a ação popular; a ação de improbidade e a ação de indenização	179
5.4.2. A tutela inibitória e o projeto que disciplina o sistema único de ações coletivas brasileiras.....	186

CAPÍTULO VI

A REPARAÇÃO DO DANO À IMAGEM DA PESSOA JURÍDICA 190

6.1. Os meios de reparação do dano à imagem da pessoa jurídica	190
6.2. A efetividade da reparação.....	197
6.3. As decisões dos tribunais brasileiros. Os emblemáticos julgamentos do Recurso Especial 598.281-MG relativo à possibilidade de concessão de indenização por dano moral coletivo em caso de dano ambiental e Recurso Especial 821.891-RS denegatório de indenização por dano moral à pessoa jurídica de direito público por fraude em licitação..	205

CONSIDERAÇÕES FINAIS 211

REFERÊNCIAS 215